



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 79/2025

I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 79/2025, que altera dispositivos da Lei nº 2.021, de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Venécia), de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 07 de outubro de 2025. Sendo encaminhado a esta Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, fui designado relator, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico no 122/2025, opinando pela constitucionalidade e legalidade, desde que promovida alteração por meio de emenda (fls. 13 a 22).

De posse do processo legislativo, na condição de relator e pelas competências da comissão previstas no art. 79 do Regimento, passo a exarar o parecer técnico pelos seguintes fundamentos abaixo.







II – DA INICIATIVA E DOS PRESSUPOSTOS DE ORDEM CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL:

A Constituição Federal prevê em seu art. 61 quais são os agentes competentes para propor projetos de lei ordinárias e complementares, bem como os casos de matérias reservadas ao Chefe do Poder Executivo. Tal dispositivo constitucional é um princípio organizatório extensível e de observação dos demais entes federados.

O Município, diante do princípio organizatório na seara do processo legislativo, elencou em seu art. 44 da Lei Orgânica os agentes públicos do ente federado local que possuem competência para deflagrar o processo legislativo âmbito municipal, sendo que o § 1º do referido dispositivo prevê os casos de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme se destaca:

Art. 44. A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador ou comissão, ao prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º São de iniciativa privativa do prefeito as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...

c) servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Portanto, a iniciativa da proposição é constitucional e legal, não contendo qualquer vício formal que venha a prejudicar ou inviabilizar a sua tramitação.

O *caput* do art. 39 da Constituição Federal estabelece que os entes federados respectivos estabelecerão regime jurídico único para os seus servidores públicos. No caso de nosso Município, foi adotado o regime jurídico estatutário.

Considerando que o regime jurídico é o estatutário no âmbito municipal, cabe à lei ordinária regular as relações jurídico administrativas entre os servidores públicos e o Município, pela observância também do princípio da reserva legal.

As alterações propostas no estatuto objetiva alterar critérios de concessão de diárias de servidores públicos, atribuindo à lei ordinária também a reserva para legislar sobre valores e forma de concessão, de acordo com o interesse público e necessária indenização aos servidores quando em viagens ou deslocamentos.

Sobre maiores justificativas, reproduzimos o texto da mensagem do Chefe do Poder Executivo, conforme segue:







O presente Projeto de Lei tem por objetivo de alterar o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Venécia (Lei nº 2.021/1994), que atualmente contém dispositivo impeditivo à concessão de diárias a servidores cujas funções envolvam deslocamentos permanentes. Trata-se do art. 125, § 1°, alínea "b", que veda a concessão de diárias "quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo".

Essa redação absoluta inviabiliza o atendimento de categorias que, embora possuam deslocamentos frequentes como inerentes ao cargo, eventualmente incorrem em despesas extraordinárias de alimentação e hospedagem, como motoristas da frota municipal e condutores de ambulância. A manutenção do texto original poderia comprometer a efetividade da nova disciplina legal e, em última instância, gerar insegurança jurídica.

A necessidade de atualização encontra respaldo em precedentes de órgãos de controle. A título de exemplo, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao responder consulta administrativa (Decisão nº 280/2025, Processo @CON 24/00607413), assentou que:

"No âmbito da Administração Pública, para que o servidor faça jus ao recebimento de diárias, deve se afastar, de maneira eventual ou transitória, da localidade onde se encontra a sede de seu trabalho, no interesse e a serviço da Administração, para outros pontos do território, destinando-se a verba ao custeio dos gastos com alimentação, hospedagem e locomoção. Entende-se que a eventualidade, nesse contexto, refere-se à transitoriedade do deslocamento & não propriamente à frequência de sua ocorrência. Por outro lado, a vedação à percepção de diárias em razão de serem os deslocamentos inerentes ao cargo ('exigência permanente do cargo/função'), demanda previsão nesse sentido na legislação de regência do ente, a exemplo do que ocorre no Estatuto dos Servidores Públicos da União (Lei n. 8.112/90)."

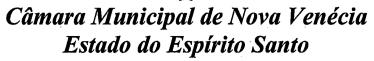
Esse entendimento evidencia que, se levada a efeito a interpretação literal do dispositivo estatutário, ficaria vedado o pagamento de diárias a profissionais cujas funções envolvem deslocamento permanente, como motoristas condutores de ambulância, ainda que submetidos a situações excepcionais que ensejem despesas adicionais de alimentação e pernoite.

Dessa forma, o projeto insere alguns dispositivos no artigo 125 e revoga os parágrafos, posto que há impropriedade nos mesmos, sendo necessárias tais mudanças a fim de adequar o texto legal.

Além disso, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 95/1998 e que cada lei deve tratar de um único objeto, foram necessários dois projetos de lei, o presente para corrigir a impropriedade do Estatuto dos Servidores Público e a segunda para estabelecer o pagamento de diárias aos servidores públicos na forma descrita.









Outrossim, ressaltamos que não se está suprimindo qualquer direito dos servidores, pelo contrário, o objeto é compatibilizar o texto estatutário com a nova disciplina do pagamento de diárias, cujo projeto de lei também está sendo encaminhado a este Poder Legislativo para apreciação.

A nova disciplina legal, preserva o núcleo restritivo da norma, mas autoriza, em caráter excepcional, o pagamento de diárias quando o afastamento ocasionar custos adicionais de alimentação e hospedagem decorrente de pernoite.

Assim, além de corrigir uma defasagem normativa, a proposta fortalece a coerência do ordenamento jurídico municipal e assegura a adequada prestação de serviços públicos que demandam deslocamentos constantes, sem comprometer o princípio da responsabilidade fiscal.

Considerando a relevância da matéria e sua contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal, submete-se o presente Projeto-de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, com a expectativa de sua aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar aos Nobres Edis, os nossos sinceros protestos de elevado apreço.

É a mensagem encaminhada para apreciação de Vossas Excelências.

O parecer jurídico nº 122/2025 orienta pela apresentação de emenda para correção do texto e aplicação de correta técnica legislativa, o que deverá acontecer por meio de emenda modificativa e emenda supressiva ao texto, considerando que ser pertinente e admitidas quando apresentadas por Vereador.

III - VOTO DO RELATOR:

Diante de todo o exposto, considerando que a propositura atende a requisitos formais e materiais, estando, e considerando a necessidade de apresentação de emendas, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 79/2025, com restrições de que sejam apresentadas as emendas na forma sugerida.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 79/2025 com restrições.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 29 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JUAREZ OLIOSI

RELATOR – Vice-presidente da CLJRF Vereador pelo PODE







COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 79/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 79/2025: que altera dispositivos da Lei nº 2.021, de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Venécia).
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana, pelo PSB.
RELATOR:	Vereador Juarez Oliosi, pelo PODE.

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador Juarez Oliosi (PODE), às folhas 25 a 28, por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 5 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.



W/







É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 79/2025 com restrições.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 5 de novembro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES
Presidente da CLURF
Vereador pelo PP

JUAREZ OLIOSI

Vice-Presidente da CLJRF - Relator Vereador pelo PODE

DENEVAL ROCHA Membro da CLJRF Vereador pelo PSD

